



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO Nº 143/2025/GM/MDS

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **LUCIANO CALDAS BIVAR**
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
Brasília, Distrito Federal
E-mail: ric.primeirasecretaria@camara.leg.br

Assunto: **Requerimento de Informação nº 4461, de 2024.**
Referência: resposta ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 463 de 16 de dezembro de 2024.

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Com meus renovados cumprimentos, faço referência ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 463 de 16 de dezembro de 2024, pelo qual Vossa Excelência apresenta o Requerimento de Informação nº 4461/2024, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Federal [Saullo Velame Vianna \(UNIÃO-AM\)](#), em que solicita "Solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, acerca das ações para enfrentamento da estiagem que ainda assola o Amazonas, principalmente no Município de Coari.", conforme especifica.
2. A esse respeito, encaminho a manifestação da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, por meio do OFÍCIO Nº 56/2025/SESAN-ASSESSORIA I, de 8 de janeiro de 2025, acompanhado dos seus respectivos anexos.
3. Na expectativa de haver atendido à solicitação de Vossa Excelência, bem como ao autor do Requerimento, permaneço à disposição para prestar eventuais informações complementares sobre o assunto e demais ações implementadas por este Ministério.

Atenciosamente,

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social,
Família e Combate à Fome

Anexos:

- I - OFÍCIO Nº 56/2025/SESAN-ASSESSORIA I (16392807);
- II - Nota Informativa nº 77/2024/CGAA/DFA/SESAN (16392800);
- III - Despacho nº 390/2024/SESAN/DEPAD/CGDIA (16392801);
- IV - Despacho nº 14/2025/SESAN/DEPAD/CGFAL I (16392804); e
- V - Despacho nº 225/2024/SESAN/DESAU (16392802).



Documento assinado eletronicamente por **José Wellington Barroso de Araújo Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**, em 13/01/2025, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **16405320** e o código CRC **6E215AC2**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

OFÍCIO Nº 56/2025/SESAN-ASSESSORIA I

Brasília, 08 de janeiro de 2025.

À Senhora

FELÍCIA IBIAPINA DOS REIS

Chefe da Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares e Federativos
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fomes
Brasília, Distrito Federal

Assunto: Requerimento de Informação nº 4461, de 2024 - Deputado Federal Saullo Vianna (UNIÃO/AM).

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 71000.086363/2024-58.

Senhora Chefe da Assessoria,

1. Faço referência ao Ofício nº 975/2024/MDS/ASPAR-LEGISLATIVO (SEI nº 16277506), que trata do Requerimento de Informação nº 4461, de 2024 (SEI nº 16277494), de autoria do Exmo. Sr. Deputado Federal Saullo Vianna (UNIÃO/AM), em que "Solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca das ações para enfrentamento da estiagem que ainda assola o Amazonas, principalmente no **Município de Coari**".

2. Diante disso, encaminho os esclarecimentos fornecidos pelos Departamentos vinculados a esta Secretaria Nacional, quais sejam, Departamento de Promoção da Inclusão Produtiva Rural e Acesso à Água (DFA), Departamento de Aquisição e Distribuição de Alimentos Saudáveis (DEPAD) e Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (DESAU), que no âmbito de suas competências, manifestaram-se, respectivamente, por meio da Nota Informativa nº 77-2025-CGAA-DFA-SESAN (SEI nº 16392800), Despacho nº 390-2024-SESAN-DEPAD-CGDIA (SEI nº 16392801), Despacho nº 14-2025-SESAN-DEPAD-CGFAL I (SEI nº 16392804) e Despacho nº 225-2024-SESAN-DESAU (SEI nº 16392802).

3. Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

PATRÍCIA CHAVES GENTIL

Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Substituta

Anexos: I - Nota Informativa nº 77-2025-CGAA-DFA-SESAN (SEI nº 16392800);
II - Despacho nº 390-2024-SESAN-DEPAD-CGDIA (SEI nº 16392801);
III - Despacho nº 14-2025-SESAN-DEPAD-CGFAL I (SEI nº 16392804) e
IV - Despacho nº 225-2024-SESAN-DESAU (SEI nº 16392802).



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Chaves Gentil**, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Substituto(a), em 08/01/2025, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **16392807** e o código CRC **00F34CD3**.



Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Nota Informativa nº 77/2024/CGAA/DFA/SESAN

Brasília, 18 de dezembro de 2024

1. INFORMAÇÕES

1. Trata-se do Despacho nº 3/2024/SESAN-ASSESSORIA I (SEI 16274562), o qual solicita manifestação acerca dos Requerimentos de informação, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Federal Saullo Vianna (UNIÃO/AM), os quais solicitam informações ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no que tange às ações voltadas para o enfrentamento da estiagem no Amazonas, discriminados por cada Município.
2. A despeito da biodiversidade e abundância de recursos naturais que caracterizam a região Norte, em 2022, 71,6% do total de domicílios contabilizados na região estava em situação de insegurança alimentar, destes, 45,2% encaixados entre as classes moderada e grave, conforme dados extraídos do relatório “Segurança alimentar e nutricional: a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis e combate à pobreza rural” que integra o conjunto de estudos do Mapa InSAN 2022. (Fonte: [Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome](#)). As dificuldades percebidas na Amazônia também se estendem ao acesso à água.
3. Apesar de possuir a maior quantidade de água doce do país, correspondendo a 73% de toda a vazão hídrica nacional – de acordo com Bordalo (2017), o Norte possui o maior de disponibilidade de água per capita do Brasil, reunindo alta vazão específica com baixa densidade populacional –, o acesso adequado à água para consumo humano nos municípios da região é insuficiente. Só para se ter uma ideia, em 2019, o índice de atendimento total com rede de abastecimento de água na região era de 57,5% e o de atendimento com rede de esgotos era de 12,3%, enquanto as médias nacionais eram de 83,7% e 54,1%, respectivamente (SNIS/SNS/MDR, 2020). Ademais, as dificuldades associadas ao acesso à água afetam não só aspectos relacionados à saúde humana e qualidade de vida, mas também interferem nas capacidades produtivas dessa população mais vulnerável que vive da agricultura, seja devido à influência que pode exercer sobre a capacidade física para o trabalho (pela ocorrência de doenças e diminuição dessa capacidade), seja pelos reflexos nas produções.
4. É nesse contexto que se insere o apoio à implantação de estruturas descentralizadas de abastecimento de água na Amazônia, através do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais – Programa Cisternas. O Programa Cisternas tem como objetivo promover o acesso à água para consumo humano e produção de alimentos através da implementação de tecnologias sociais simples, de baixo custo e de fácil apropriação pelos beneficiários. Estabelecido como política pública desde 2003, é regulamentado pela Lei nº 12.873 de 2013, pelo Decreto nº 9.606 de 2018, e por um conjunto de normas complementares, o Programa destina-se a famílias rurais de baixa renda (renda per capita de até meio salário-mínimo) e a equipamentos públicos rurais afetados pela seca ou falta de água, com prioridade para povos e comunidades tradicionais.
5. O modelo de execução do Programa envolve a parceria do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) com entes públicos e organizações da sociedade civil, via convênios ou termos de colaboração. O processo de implementação, que prevê atividades de mobilização social, capacitações e organização do processo construtivo, ocorre a partir da ação de entidades privadas sem fins lucrativos, credenciadas previamente e contratadas pelos parceiros do Ministério.
6. No caso da Amazônia, a maior parte das tecnologias sociais padronizadas e mais adaptadas à região são capazes de oferecer soluções de água para consumo humano e de esgotamento, em uma perspectiva de direitos básicos. Além disso, a partir de 2018, foram estruturados modelos específicos que associam atividades de acompanhamento familiar após a entrega da estrutura de captação e armazenamento de água, dentro de uma estratégia para potencializar os ganhos advindos dessas tecnologias. A perspectiva é que o acompanhamento familiar disponibilizado auxilie as famílias a estruturarem projetos produtivos que possam não apenas promover segurança alimentar e geração de renda, mas também contribuir de forma efetiva para o uso e manejo sustentáveis da floresta e das águas, a conservação e uso sustentável da biodiversidade e a recuperação de áreas desmatadas.
7. Importante destacar que ao longo do histórico de execução do Programa Cisternas foram atendidas 1.074 famílias rurais de baixa renda no estado do Amazonas com as referidas tecnologias sociais. Em 2023, 3,9 mil tecnologias foram contratadas para os Estados da Amazônia, com investimento de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), sendo R\$ 30.136.931,19 (trinta milhões, cento e trinta e seis mil novecentos e trinta e um reais e dezenove centavos) para o Amazonas, cuja execução teve início em 2024. Os dados por Município no Estado do Amazonas seguem abaixo:

Tabela 1 - Famílias por Município no Estado do Amazonas

Município	Famílias Atendidas	Famílias a serem atendidas em 2024	Total de Famílias
ALVARÃES	0	97	97
BARCELOS	87	0	87
BOCA DO ACRE	0	181	181
CARAUARI	563	2	565
FONTE BOA	118	168	286
JURUÁ	174	1	175
JUTAÍ	42	4	46
LÁBREA	0	187	187
MANICORÉ	90	261	351
PAUINI	0	4	4
TEFÉ	0	80	80
TOTAL	1074	985	2059

8. Apesar dos resultados relevantes obtidos ao longo dos últimos anos e da eficácia do Programa, um dos principais desafios refere-se ao volume de recursos orçamentários ainda insuficiente para universalização do acesso à água de qualidade para a região, sendo que até o momento foram atendidos 11 dos 62 Municípios do Estado. *Parintins, Nova Olinda do Norte, Humaitá, Codajás, Amaturá, Apuí, Atalaia do Norte, Barreirinha, Borba, São Paulo de Olivença, São Gabriel da Cachoeira, Santo Antônio do Içá, Santa Isabel do Rio Negro, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Anamá, Anori, Autazes, Benjamin Constant, Beruri, Boa Vista do Ramos, Caapiranga, Canutama, Novo Aripunã, Novo Airão, Nhamundá, Maués, Maraã, Manaus, Manaquiri, Manacapuru, Japurá, Itapiranga, Itamarati, Itacoatiara, Iranduba, Ipixuna, Careiro, Guajará, Envira, Eirunepi e Careiro da Várzea* figuram entre os Municípios que ainda não foram contemplados pelo Programa.

9. Como estratégia de atuação para o enfrentamento do desafio supracitado, o Programa busca fontes de recursos diversas, a partir do estabelecimento de parcerias. Nesse contexto, há a perspectiva de contratação de mais 4,6 mil tecnologias sociais de acesso à água em 2024, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), com investimentos do Fundo Amazônia da ordem de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). Desse total, a previsão é que 374 famílias sejam atendidas no Estado do Amazonas, nos Municípios de Humaitá, Pauini e Boca do Acre. Essa parceria está formalizada no Acordo de Cooperação Técnica D-121.2.0003.24, com vistas à consecução de ações voltadas à implantação de tecnologias sociais de acesso à água e outras ações sustentáveis visando à inclusão produtiva e a melhoria das condições de vida de famílias rurais de baixa renda, em especial aquelas caracterizadas como povos e comunidades tradicionais.

Atenciosamente,

PATRICIA MOLLO
Coordenadora

VITOR LEAL SANTANA
Coordenação-Geral de Acesso à Água

De acordo. Encaminhe-se ao Gabinete da Sesan para análise e posterior envio à ASPAR do MDS para manifestação.

CAMILE MARQUES SAHB
Diretora de Promoção da Inclusão Produtiva Rural e Acesso à Água



Documento assinado eletronicamente por **Camile Marques Sahb, Diretor(a) de Promoção da Inclusão Produtiva Rural e Acesso à Água**, em 18/12/2024, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Leal Santana, Coordenador(a)-Geral**, em 18/12/2024, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Laundry Mollo Vieira, Coordenador(a)**, em 18/12/2024, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **16317144** e o código CRC **B4D72716**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

Despacho nº 225/2024/SESAN/DESAU

Processo nº 71000.084861/2024-66

Interessado: Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares e Federativos

Destinatário: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN

Brasília-DF, data da assinatura eletrônica.

Assunto: Requerimentos de informação do Exmo. Sr. Deputado Federal Saullo Vianna (UNIÃO/AM).

1. Trata-se de demanda recebida por meio do Despacho nº 3/2024/SESAN-ASSESSORIA I (SEI nº 16274562), o qual a Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares e Federativos faz referência aos Requerimentos de informação, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Federal Saullo Vianna (UNIÃO/AM), os quais solicitam informações ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no que tange às ações voltadas para o enfrentamento da estiagem no Amazonas, discriminados por cada Município.

2. O Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável - DESAU, de acordo com as competências constante no Art. 33 do Decreto nº 11.392/2023 compete:

- I - promover e apoiar a estruturação de redes de equipamentos públicos urbanos para assegurar o direito à alimentação adequada e saudável das famílias em situação de insegurança alimentar;
- II - promover e apoiar a implantação e gestão de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, para facilitar o acesso à alimentação adequada e saudável por parte da população em situação de insegurança alimentar;
- III - articular e apoiar ações de agricultura urbana e periurbana junto a famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- IV - articular e apoiar a implementação de estratégia intersetorial para a redução de perdas e de desperdícios de alimentos;
- V - apoiar, desenvolver e implementar ações de formação e educação alimentar e nutricional, de forma integrada com a implantação do SISAN e com as demais ações de segurança alimentar e nutricional;
- VI - implementar ações para a promoção da alimentação saudável e o combate a todas as formas de má nutrição; e
- VII - fomentar a implementação de estratégia intersetorial para a prevenção e redução da obesidade.

3. Em resposta à solicitação, informamos que, até o momento, o DESAU não dispõe de lastro orçamentário. No entanto, entre as ações que competem a este departamento, destacamos que a Coordenação-Geral de Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (CGESAN), vinculada ao Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (DESAU), da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), é responsável pela execução da política relacionada aos Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (EqSAN), bem como pelo Programa Cozinha Solidária (PCS).

4. Em 2023 o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), no âmbito do Programa 5033 – Segurança Alimentar e Nutricional e a Secretaria de Estado da Assistência Social do Amazonas firmou o **Termo de Convênio nº 951633/2023 para Custeio de refeições oferecidas em 25 Restaurantes Populares do Estado do Amazonas integrantes do programa Prato Cheio**, por um período de 22 (vinte e dois) dias, com vistas ao atendimento à população atingida pelo desastre classificado como ESTIAGEM em virtude do severo período de vazante dos rios no ano de 2023, com vigência entre 15 de dezembro de 2023 e 31 de janeiro de 2024.

4.1. Para 2024, os recursos disponíveis são voltados para o Programa Cozinha Solidária, conforme Edital de Chamamento Público nº 14/2024, publicado no dia 05 de junho de 2024, para selecionar entidades gestoras em todo o país para apoiar a oferta de refeições pelas cozinhas solidárias já existentes e habilitadas pelo MDS, conforme normativo disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/aceso-a-alimentos-e-a-agua/programa-cozinha-solidaria>.

4.2. Atualmente, de acordo com o status do Sistema Informatizado de Gestão do Programa Cozinha Solidária (SIG-PCS) em 20 de dezembro de 2024, não constam cozinhas habilitadas nos municípios de **Parintins, Nova Olinda do Norte, Humaitá, Codajás, Amaturá, Apuí, Atalaia do Norte, Barreirinha, Borba, São Paulo de Olivença, São Gabriel da Cachoeira, Santo Antônio do Içá, Santa Isabel do Rio Negro, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Pauini, Anamã, Anori, Autazes, Barcelos, Benjamin Constant, Beruri, Boa Vista do Ramos, Boca do Acre, Caapiranga, Canutama, Carauari, Alvarães, Novo Aripuanã, Novo Airão, Nhamundá, Maués, Maraã, Manicoré, Manaquiri, Manacapuru, Lábrea, Jutai, Juruá, Japurá, Itapiranga, Itamarati, Itacoatiara, Iranduba, Ipixuna, Careiro, Guajará, Fonte Boa, Envira, Eirunepé, Coari e Careiro da Várzea**.

4.3. No município de **Manaus (AM)**, conforme o status do Sistema Informatizado de Gestão do Programa Cozinha Solidária (SIG-PCS) em 20 de dezembro de 2024, constam 04 cozinhas habilitadas e em funcionamento conforme dados abaixo:

Nome da Cozinha	Município da Cozinha	UF	Habilitadas e em funcionamento
Instituto Preta Mina	Manaus	AM	Sim, está funcionando normalmente
Cozinha da Misericórdia POP RUA	Manaus	AM	Está funcionando com carga horária reduzida
INSTITUTO PRETA MINA	Manaus	AM	Sim, está funcionando normalmente
Cozinha Solidária São Francisco de Assis	Manaus	AM	Sim, está funcionando normalmente

4.4. Os dados podem ser acessados em versão simplificada também no sistema do Programa Cozinha Solidária: <https://cozinhasolidaria.digital/>.

5. Além das informações supracitadas, cabe informar que, a partir do compromisso do governo brasileiro de acabar com a fome até 2030, assumido pelo Plano Brasil sem Fome, o olhar para o ambiente urbano passa a fazer parte do novo ciclo de políticas públicas brasileiras para a insegurança alimentar e nutricional com alimentos saudáveis. Neste contexto, foi instituída a **Estratégia Alimentar Cidades** por meio do [Decreto presidencial nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023](#).

5.1. A Estratégia, coordenada pelo Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (DESAU/SESAN/MDS), é uma iniciativa do MDS, MCID e MDA que visa integrar diversos setores na implementação da agenda alimentar urbana e periurbana. Inicialmente, será executada em 60 municípios prioritários, incluindo **Manaus (AM)**, mas todas as cidades brasileiras poderão aderir, participando de ações, formações e cooperação na Rede Urbana de Alimentação Saudável (RUAS).

6. Além disso no tange as ações de **Agricultura Urbana e Periurbana - AUP**, o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, instituído pela Portaria nº 467, de 7 de fevereiro de 2018, foi atualizado pelo Decreto nº 11.700, de 12 de setembro de 2023. Este decreto institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. O Programa atualmente não possui ações específicas voltadas para os municípios em questão. As informações de como os municípios podem aderir aos nossos projetos e ações

serão detalhadas a seguir e estão disponíveis em nossa página na internet - <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/programa-nacional-de-agricultura-urbana-e-periurbana>.

7. Os editais lançados por este Ministério serão amplamente divulgados e podem ser acompanhados no portal institucional, disponível em <https://www.gov.br/mds/pt-br/servicos/modalidade-de-licitacoes/editais-de-chamada-publica/editais-de-chamada-publica>.

8. Sendo assim, restituímos os autos e nos mantemos à disposição para os esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Assinado Eletronicamente

PATRÍCIA CHAVES GENTIL

Diretora

Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Chaves Gentil, Diretor(a) do Departamento de Promoção de Alimentação Adequada e Saudável**, em 26/12/2024, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **16337977** e o código CRC **6AC29BEE**.



Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Departamento de Aquisição e Distribuição de Alimentos Saudáveis
Coordenação-Geral de Articulação Federativa para o Abastecimento Alimentar

Despacho nº 14/2025/SESAN/DEPAD/CGFAL I

Processo nº 71000.084861/2024-66
Interessado: MDS/ASPAR - Legislativo
Destinatário: ASSESSORIA I

Brasília-DF, 07 de janeiro de 2025.

Assunto: **Requerimento de Informação nº 4542, de 2024.**

1. Trata-se de solicitação de manifestação acerca dos Requerimentos de Informação, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Federal Saullo Vianna (UNIÃO/AM), os quais solicitam informações ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no que tange às ações voltadas para o enfrentamento da estiagem no Amazonas, discriminados por cada Município.
2. Informamos que, em razão da seca que tem afetado a região amazônica, foi editada a Medida Provisória nº 1.258, de 18 de setembro de 2024, que autorizou crédito extraordinário para diversos ministérios, incluindo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), viabilizou a publicação da Portaria MDS nº 121, de 12 de novembro de 2024. Essa portaria destinou o montante de R\$ 5 milhões para a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade Compra com Doação Simultânea, em parceria com o estado do Amazonas, utilizando os recursos previstos na mencionada medida provisória.
3. A ação visa a aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar para promover a segurança alimentar e nutricional das famílias nas regiões afetadas pela emergência climática, bem como dos Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) na Amazônia Legal.
4. Além disso, informa-se também que há recursos estaduais e municipais, vigentes e em andamento, para execução do PAA em 2025, conforme Tabela 1 abaixo. A Tabela apresenta as propostas estaduais e municipais conforme municípios listados no Despacho nº 3/2024/SESAN-ASSESSORIA I (SEI 16274562).

Tabela 1. Recursos pactuados entre estados e municípios do AM, vigência até 2025.

ESTADO / MUNICÍPIO	TIPO ADESAO	VIGÊNCIA	VALOR PACTUADO	VALOR PAGO	VALOR NÃO EXECUTADO	% DE EXECUÇÃO
AM	Estadual	31/07/2025	R\$ 5.000.000,00	R\$ 2.176.989,52	R\$ 2.823.010,48	44%
AM	Estadual	12/12/2025	R\$ 10.000.000,00	R\$ 8.398.384,87	R\$ 1.601.615,13	84%
AM	Estadual	13/11/2025	R\$ 5.000.000,00	R\$ -	R\$ 5.000.000,00	0%
Amaturá	Municipal	12/12/2025	R\$ 315.820,12	R\$ 139.144,69	R\$ 176.675,43	44%
Atalaia do Norte	Municipal	16/12/2025	R\$ 258.000,00	R\$ 190.407,14	R\$ 67.592,86	74%
Barreirinha	Municipal	12/12/2025	R\$ 305.000,00	R\$ 303.743,78	R\$ 1.256,22	100%
Beruri	Municipal	16/03/2025	R\$ 264.000,00	R\$ -	R\$ 264.000,00	0%
Boca do Acre	Municipal	12/12/2025	R\$ 200.486,59	R\$ -	R\$ 200.486,59	0%
Borba	Municipal	16/12/2025	R\$ 542.203,16	R\$ 530.977,04	R\$ 11.226,12	98%
Carauari	Municipal	16/03/2025	R\$ 439.696,19	R\$ -	R\$ 439.696,19	0%
Careiro	Municipal	15/07/2025	R\$ 264.177,55	R\$ 210.968,45	R\$ 53.209,10	80%

ESTADO / MUNICÍPIO	TIPO ADESAO	VIGÊNCIA	VALOR PACTUADO	VALOR PAGO	VALOR NÃO EXECUTADO	% DE EXECUÇÃO
Coari	Municipal	12/12/2025	R\$ 240.000,00	R\$ -	R\$ 240.000,00	0%
Eirunepé	Municipal	16/03/2025	R\$ 200.000,00	R\$ -	R\$ 200.000,00	0%
Humaitá	Municipal	16/12/2025	R\$ 120.000,00	R\$ -	R\$ 120.000,00	0%
Itamarati	Municipal	16/03/2025	R\$ 279.158,40	R\$ -	R\$ 279.158,40	0%
Manaus	Municipal	12/12/2025	R\$ 600.000,00	R\$ -	R\$ 600.000,00	0%
Manicoré	Municipal	16/12/2025	R\$ 120.000,00	R\$ 59.715,53	R\$ 60.284,47	50%
Nhamundá	Municipal	18/11/2025	R\$ 200.000,00	R\$ 183.933,51	R\$ 16.066,49	92%
Nhamundá	Municipal	14/06/2025	R\$ 120.000,00	R\$ 112.923,64	R\$ 7.076,36	94%
Nhamundá	Municipal	15/07/2025	R\$ 232.783,93	R\$ 179.981,58	R\$ 52.802,35	77%
Novo Airão	Municipal	15/07/2025	R\$ 206.585,22	R\$ -	R\$ 206.585,22	0%
Parintins	Municipal	16/12/2025	R\$ 1.740.650,33	R\$ 1.696.372,15	R\$ 44.278,18	97%
São Gabriel da Cachoeira	Municipal	09/12/2025	R\$ 646.493,63	R\$ 644.496,46	R\$ 1.997,17	100%
São Paulo de Olivença	Municipal	09/12/2025	R\$ 230.501,18	R\$ 227.049,21	R\$ 3.451,97	99%
São Paulo de Olivença	Municipal	16/12/2025	R\$ 250.000,00	R\$ -	R\$ 250.000,00	0%

Fonte- Sispaa. Extrato até 2ºquinzena de novembro 2024. Acesso Restrito.

5. Ressalta-se que, entre os anos de 2024 e 2025, nas duas propostas estaduais mencionadas na tabela acima, foram adquiridas e destinadas aproximadamente 2.400 toneladas de alimentos aos municípios listados no Despacho nº 3/2024/SESAN-ASSESSORIA I (SEI 16274562), totalizando o valor de R\$ 11.149.659,83, conforme indicado na Tabela 2.

Tabela 2. Quantidade de alimentos adquiridos e doados em 2024.

Municípios	Quantidade de alimentos adquiridos (Kg)	Valor Total
ALVARAES	35237,54	R\$ 170.500,19
AMATURA	98861,99	R\$ 659.324,21
ANORI	61323	R\$ 235.221,75
APUI	21238,72	R\$ 133.529,33
ATALAIA DO NORTE	7124,6	R\$ 36.390,06
AUTAZES	11848,87	R\$ 62.064,43
BARREIRINHA	14201	R\$ 76.342,92
BENJAMIN CONSTANT	70698,72	R\$ 474.100,41
BERURI	10035	R\$ 30.463,00
BOA VISTA DO RAMOS	4861,56	R\$ 23.079,90
BOCA DO ACRE	2861,5	R\$ 14.144,71
BORBA	49234	R\$ 154.029,85
CAAPIRANGA	16245	R\$ 71.965,50
CANUTAMA	51784	R\$ 201.210,55
CARAUARI	47924	R\$ 374.653,75
CAREIRO	40159,03	R\$ 213.556,78
CAREIRO DA VARZEA	2166	R\$ 7.673,60
COARI	33968	R\$ 203.002,10
CODAJAS	12700	R\$ 85.758,85
EIRUNEPE	44256,47	R\$ 332.924,78
ENVIRA	6087	R\$ 60.974,05
FONTE BOA	12921	R\$ 46.614,10
GUAJARA	5658	R\$ 22.497,30
HUMAITA	21793,82	R\$ 114.168,50
IPIXUNA	8348	R\$ 34.786,05
IRANDUBA	120	R\$ 3.240,00
ITACOATIARA	11415	R\$ 85.191,00
ITAMARATI	16711	R\$ 49.102,35
ITAPIRANGA	15515,6	R\$ 58.704,26
JAPURA	27475	R\$ 233.583,90
JUTAI	47514,7	R\$ 177.079,61
LABREA	2285,73	R\$ 9.934,67
MANACAPURU	527097,48	R\$ 1.818.595,59

Municípios	Quantidade de alimentos adquiridos (Kg)	Valor Total
MANAQUIRI	79951	R\$ 353.474,17
MANAUS	631287,51	R\$ 2.788.333,13
MANICORE	32579,16	R\$ 142.562,34
MARAA	24144,25	R\$ 106.879,06
NOVA OLINDA DO NORTE	25665	R\$ 134.852,05
NOVO AIRAO	82379,68	R\$ 367.929,47
NOVO ARIPUANA	21584,02	R\$ 82.131,54
PARINTINS	36969,46	R\$ 151.385,66
PAUINI	9535,2	R\$ 79.869,96
PRESIDENTE FIGUEIREDO	43404,01	R\$ 221.760,35
RIO PRETO DA EVA	42886,25	R\$ 182.176,22
SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	1908	R\$ 17.583,34
SANTO ANTONIO DO ICA	9261,45	R\$ 47.232,97
SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	18956,02	R\$ 158.583,07
SAO PAULO DE OLIVENCA	7701,26	R\$ 40.498,45
Total Geral	2407883,6	R\$ 11.149.659,83

Fonte: Sispa-Relatório doação-Proposta Estadual Indígena 01167-DS-04199-2023-1300000 e Ampla 01323-DS-04234-2023-

1300000.

6. Sendo assim, restituímos os autos e nos mantemos à disposição para os esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente

FÁBIO KOBOL FORNAZARI

Coordenador-Geral de Articulação Federativa para o Abastecimento Alimentar

ELISÂNGELA SANCHES JANUÁRIO

Diretora Substituta

DEPAD/SESAN/MDS



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Kobol Fornazari, Coordenador(a)-Geral**, em 07/01/2025, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Elisangela Sanches Januario, Diretor(a), Substituto(a)**, em 07/01/2025, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **16389805** e o código CRC **56C79BB1**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS
COORDENAÇÃO GERAL DE AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

Despacho nº 390 /2024/SESAN/DEPAD/CGDIA

Processo nº 71000.078020/2024-10

Interessado: Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Destinatário: Assessoria I

Assunto: **Requerimento de Informação nº 4488, de 2024**

1. Em virtude da estiagem que afeta a região da Amazônia neste período, foram realizadas entregas de cestas básicas a diversos municípios do estado, com a finalidade de atender o público rural, grupos populacionais específicos e comunidades indígenas. A ação é realizada nos termos da Portaria MDS nº 1.023/2024 a partir de demanda apresentada pelas Defesas Cíveis municipais.
2. Abaixo, apresenta-se a relação dos municípios contemplados, juntamente com a quantidade de cestas destinadas a cada um deles.

Municípios	Quantidade de Cestas Recebidas
Município de Parintins	1.170
Município de Nova Olinda do Norte	0
Município de Humaitá	8.594
Município de Codajás	0
Município de Amaturá	138
Município de Apuí	0
Município de Atalaia do Norte	2.200
Município de Barreirinha	3.652
Município de Borba	0
Município de São Paulo de Olivença	2.747
Município de São Gabriel da Cachoeira	2.240
Município de Santo Antônio do Içá	3.764
Município de Santa Isabel do Rio Negro	1.252
Município de Presidente Figueiredo	2.649
Município de Rio Preto da Eva	2.000
Município de Pauini	1.112
Município de Anamá	1.131
Município de Anori	0

Município de Autazes	0
Município de Barcelos	0
Município de Benjamin Constant	2.059
Município de Beruri	1.181
Município de Boa Vista do Ramos	0
Município de Boca do Acre	3.000
Município de Caapiranga	0
Município de Canutama	704
Município de Carauari	4.310
Município de Alvarães	1.164
Município de Novo Aripunã	228
Município de Novo Airão	772
Município de Nhamundá	0
Município de Maués	1.500
Município de Maraã	212
Município de Manicoré	700
Município de Manaus	47.380
Município de Manaquiri	1.875
Município de Manacapuru	4.683
Município de Lábrea	2.500
Município de Jutai	2.088
Município de Juruá	1.564
Município de Japurá	706
Município de Itapiranga	0
Município de Itamarati	469
Município de Itacoatiara	5.648
Município de Iranduba	0
Município de Ipixuna	0
Município de Careiro	2.214
Município de Guajará	0
Município de Fonte Boa	2.335
Município de Envira	1.063
Município de Eirunepé	1.679
Município de Coari	2.000
Município de Careiro da Várzea	6.522

3. Sem mais para o momento, permaneço à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
ELISÂNGELA SANCHES JANUÁRIO
Coordenadora Geral

(assinado eletronicamente)
RAIMUNDO NONATO SOARES LIMA

Diretor do Departamento de Aquisição e Distribuição de Alimentos Saudáveis



Documento assinado eletronicamente por **Elisangela Sanches Januario, Coordenador(a)-Geral**, em 18/12/2024, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo Nonato Soares Lima, Diretor(a)**, em 23/12/2024, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **16320282** e o código CRC **B3BFF4E7**.